

**- LXXXIII -****CONCEPÇÃO E PRÁTICA DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL  
NO BRASIL: UM PALCO DE TENSÕES ENTRE  
GOVERNO E SOCIEDADE****Marília Fonseca**

Universidade de Brasília

[mariliasfonseca@gmail.com](mailto:mariliasfonseca@gmail.com)**Introdução**

O texto analisa o processo de planejar a educação no Brasil, buscando examinar as tensões que e estabeleceram entre governo central e as demandas da sociedade, notadamente em determinados fases políticas. Como guia para a análise, leva-se em conta a ambivalência do planejamento, ao mesmo tempo um instrumento técnico enquanto modo racional de definir ações prioritárias para o país e os meios para o seu alcance. Sendo atribuição do Estado, traz em si a direção político-ideológica de cada gestão governamental.

No período republicano, cujo início se deu no final do Século XIX, ocorreram mudanças bruscas no estilo de gestão dos governos que se sucederam, alternando breves fases democráticas e alongados governos ditatoriais, estes últimos, não raro, apossaram-se do poder pela destituição de governos eleitos. Cada estilo marcou as relações entre governo e sociedade. Privilegiou-se ora o planejamento centralizado ora descentralizado; optou-se por alternativas pragmáticas inspiradas no mercado ou que favoreciam o desenvolvimento social (Ianni, 1995).

Alteraram-se, também, as relações entre o Estado e as corporações internacionais. Em estudo sobre essa temática, Ferreira (2013) esclarece que o planejamento esteve presente no Brasil como parte integrante de um projeto de desenvolvimento para um país situado periféricamente na divisão internacional do trabalho. Desse modo, a consolidação do processo de planejamento nacional fez parte de um enfrentamento político que se estendia para fora das fronteiras nacionais, e, não raras vezes, submeteu o país ao propósito das nações mais avançadas.

O planejamento educacional adotou ora um tom mais prescritivo, submetendo a educação à economia, ao limitar a preparação de trabalhadores para alavancar o crescimento econômico. Em fases mais democráticas, especialmente quando os educadores ganharam espaço de participação, foi possível discutir os planos à luz de propósitos mais valorativos e que davam novo tom à qualidade educacional: preparar o indivíduo para gozar plenamente os seus direitos políticos; para compreender e ter acesso às

diferentes manifestações da cultura humana; para atuar profissionalmente munido de conteúdos éticos e da consciência de sua capacidade transformadora.

### **O planejamento educacional inspirado nos propósitos internacionais: uma proposta genérica para a América Latina**

Em meados do Século XX, o planejamento estatal foi adotado na América Latina como meio de superar as crises geradas no período pós Segunda Guerra Mundial. No Brasil, o governo Vargas, no período ditatorial conhecido como Estado Novo (1937-1945) realizou tentativas de planificação, porém, mais do que planejar as bases políticas e sociais, formulou instrumentos técnicos que se limitavam a organizar o processo orçamentário e a fixar as metas para gerar um *Brasil Grande*, capaz de inserir-se na arena de competição internacional.

O processo de planejamento só iria ganhar mais consistência no final dos anos 1950. A crise que se estabeleceu no período pós-guerra exigiu um esforço para estabilizar a economia mundial. Na América Latina, organismos de fomento criados no âmbito da ONU (OEA, Cepal) desenvolveram um processo de assistência técnica e financeira para alavancar o crescimento econômico por meio de um processo de planejamento de Estado. A intenção era estabelecer um ordenamento racional no processo de crescimento dos países, de sorte a sustentar a nova fase do capitalismo, ora pressionado pelo desafio econômico do Pós-Guerra. O planejamento de Estado passou, inclusive, a ser pré-requisito para que os governos tivessem acesso aos créditos de organismos financeiros internacionais.

O planejamento educacional foi impelido pela política internacional, por meio das conferências latino-americanas para a educação, realizadas em Punta del Leste e Santiago do Chile, em 1961 e 1962. Contavam com o patrocínio da OEA e de um programa de cooperação técnica e econômica do governo norte-americano: “Aliança para o progresso”. Estabeleceram-se metas decenais para a educação na América Latina como um todo. Apregoou-se o enfoque do capital humano, segundo o qual o desenvolvimento dos recursos humanos pelo sistema educacional era requisito essencial para o crescimento econômico dos países. A educação deveria, portanto, alinhar-se à economia, produzindo competências técnicas para o emprego, de forma a agregar valor aos recursos humanos no mercado.

A orientação internacional para a educação esteve presente, inclusive, no Plano de Metas do governo democrático de Kubitschek (1956 - 1963). Não obstante, o período foi profícuo para a mobilização dos educadores, que voltaram a debater a orientação dos fóruns internacionais, especialmente com respeito ao enfoque econômico para a educação e a fixação de metas de longo prazo para toda a região. A década de 1960 representou um marco na educação brasileira, particularmente pela promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1961) e também pela implementação dos primeiros planos educacionais (Brasil/MEC, 1962; idem, 1963).

A fase democrática foi interrompida pela instauração do regime militar (1964-1985). A mobilização dos educadores foi tolhida e os planos absorveram a ideologia fomentada pela burocracia internacional, cuja influência seria cada vez mais fortalecida pelos governos subsequentes. Adotou-se o viés economicista dos fóruns internacionais, culminando com a promulgação da Lei nº 5.692/1971 que instituiu o ensino profissionalizante obrigatório no nível médio. O texto foi elaborado por uma equipe paritária de planejamento: quatro brasileiros e quatro membros norte-americanos apensos à Agência Internacional para o Desenvolvimento (Usaid).

A década de 1980 caracterizou-se como um período de aguda crise econômica herdada do regime anterior, decorrente do aumento da inflação e da dívida externa brasileira. O objetivo de crescimento econômico dos militares foi substituído nos anos 1980 por uma política de estabilização econômica e financeira. A crise forçou o Estado brasileiro a recorrer aos créditos do FMI e também do Banco Mundial. Na qualidade de credores, as duas agências passaram a coordenar programas de ajustes no campo econômico e social.

O Banco Mundial passou a assumir uma posição mais política na sua relação com os estados membros, ao coordenar a política de ajustes econômicos como pré-requisito para a inserção do país na economia global que se afirmou anos 1990. Os Planos de governo para o período 1995-2003 buscavam-se adequar o país às orientações do Consenso de Washington (Fonseca, 2013).

A partir daí, o Banco passou a ser um parceiro na elaboração dos planos para a educação básica, por meio de acordos técnicos financeiros firmados com o Ministério da Educação. Buscou-se preparar a escola para desenvolver novos métodos de gestão e de planejamento. Instituíram-se processos de avaliação em larga escala do desempenho do aluno e da escola como mecanismos para alcançar a sua autonomia gestonária e financeira, cujo objetivo central era diminuir os custos da escola mediante a eficiência operacional e a capacidade da escola em garantir seu próprio financiamento (parcerias com ONGs, empresariado e comunidade). Nos oito anos do governo de face neoliberal, o *gerencialismo* deu o tom da gestão e do planejamento escolar, sob os auspícios do Banco Mundial (Brasil, 1995).

Em 2003, o presidente Lula da Silva (2003-2010) assumiu o governo do país tendo como pano de fundo o desenvolvimento com justiça social. O governo deu prioridade ao crescimento econômico aliado à inclusão social e à diminuição da pobreza. A parceria com o Banco Mundial para a educação básica foi interrompida, em prol de uma agenda política própria, descentralizadora, executada por meio de um programa federal que destinava recursos complementares diretamente aos municípios e às escolas. Um dos objetivos foi estimular os entes federados (estados e municípios) a construírem os planos de educação, como forma de consolidar a sua autonomia (Brasil/MEC, 2007). A expansão do ensino superior foi alavancada com a criação de universidades públicas em regiões mais carentes desse serviço. Instituiu-se a reserva de cotas nas instituições de ensino superior para negros, pardos, indígenas e estudantes provenientes de escolas públicas.

## Considerações finais

A política de Lula da Silva teve continuidade na gestão de Dilma Rousseff. Uma das ações mais significativas do seu governo foi a aprovação do Plano Nacional de Educação para o período 2014-2024 (Brasil, 2014). Para a construção do Plano, produziu-se no Brasil uma mobilização de educadores em âmbitos locais e nacionais. Com a destituição da presidente em 2016, deu-se sequência à tradição republicana de substituir governos eleitos por meio de aventuras antidemocráticas. O planejamento educacional aguarda por novas auras democráticas.

## Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. (1962). **Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: MEC.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. (1963). **Plano Trienal de Educação**. Brasília: MEC.
- \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. (2007). **Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas**. Brasília: MEC.
- BRASIL. Ministério da Administração e Reforma do Estado. (2013). **Plano Diretor da Reforma do Estado**. Brasília: MARE.
- BRASIL. Casa Civil. (2014). *Lei nº 13.005, de 25 de julho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e da outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm)>. Acesso em: 26 ago. 2015.
- FERREIRA, E. B. O. (2013). Democracia e tecnocracia no planejamento educacional brasileiro: tensões permanentes na educação do Século XXI. In: FERREIRA, E. B.; FONSECA, M. **Política e planejamento educacional no Brasil do século XXI**. Brasília: Liber Livro.
- FONSECA, Marília. (2013). Planejamento educacional no Brasil: um campo de disputas entre as políticas de governo e as demandas da sociedade. In: FERREIRA, E. B.; FONSECA, M. **Política e planejamento educacional no Brasil do século XXI**. Brasília: Liber Livro.
- IANNI, O. (1995). **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.